

# Folha Larga 1 Holding S.A.

**Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

Folha Larga 1 Holding S.A.

Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Folha Larga 1 Holding S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Folha Larga 1 Holding S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial individual e consolidado da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

  
Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

# Folha Larga Holding S.A.

## Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.932	-	22.357.353	266.811
Aplicações financeiras	5	30.933	-	30.933	-
Contas a receber partes relacionadas	6	-	-	5.162.445	-
Adiantamentos diversos		-	-	14	110.452
Tributos a recuperar		-	-	33.989	-
		38.865	-	27.584.734	377.263
<b>Não circulante</b>					
Investimentos em sociedades controladas	7	113.353.140	12.434.479	-	-
Imobilizado	8	-	-	159.203.099	15.588.152
Direito de uso de arrendamento	9	-	-	198.832	-
Intangível	10	-	-	4.343.813	-
		113.353.140	12.434.479	163.745.744	15.588.152
<b>Total do ativo</b>		<b>113.392.005</b>	<b>12.434.479</b>	<b>191.330.478</b>	<b>15.965.415</b>
	Nota	2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Tributos a recolher	11	421	-	448.958	137.059
Contas a pagar	12	15.615	-	9.666.389	385.307
Contas a pagar - parte relacionadas	6	-	-	16.063.200	3.008.570
Arrendamentos a pagar	9	-	-	20.819	-
Empréstimos e Financiamentos	13	-	-	68.929	-
		16.036	-	26.268.295	3.530.936
<b>Não circulante</b>					
Arrendamentos a pagar	9	-	-	193.755	-
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	23.309.198	-
Empréstimos - parte relacionada	6	103	-	28.183.364	-
		103	-	51.686.317	-
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	14	114.180.693	12.434.479	114.180.693	12.434.479
Prejuízos acumulados		(804.827)	-	(804.827)	(3.069.518)
		113.375.866	12.434.479	113.375.866	12.434.479
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>113.392.005</b>	<b>12.434.479</b>	<b>191.330.478</b>	<b>15.965.415</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Folha Larga Holding S.A.

## Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

*(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)*

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<b>2019</b>	<b>2018</b> <b>(Não auditado)</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b> <b>(Não auditado)</b>
	<b>Nota</b>				
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas administrativas e outras despesas operacionais	15	(38.014)	-	(805.566)	-
Participação de equivalência patrimonial	7	<u>(767.552)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado antes das receitas financ., (despesas) líquida e impostos</b>					
		<b>(805.566)</b>	<b>-</b>	<b>(805.566)</b>	<b>-</b>
Despesas financeiras	16	(911)	-	(911)	-
Receitas financeiras	16	<u>1.650</u>	<u>-</u>	<u>1.650</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido		<u><b>739</b></u>	<u>-</u>	<u><b>739</b></u>	<u>-</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u><b>(804.827)</b></u>	<u>-</u>	<u><b>(804.827)</b></u>	<u>-</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Folha Larga Holding S.A.

## Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

*(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)
Resultado Abrangente				
Resultado do período	<u>(804.827)</u>	<u>-</u>	<u>(804.827)</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes líquidos de impostos	<u><u>(804.427)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(804.827)</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Folha Larga Holding S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

*(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)*

	Capital social	Capital social a Integralizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora e consolidado
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2018</b>	-	-	-	-
Subscrição de Capital	66.214	(66.214)	-	-
Aumento de Capital	12.434.479			12.434.479
Prejuízo do exercício	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	12.500.693	(66.214)	-	12.434.479
Integralização do capital social	-	66.214	-	66.214
Aumento de capital social	101.680.000	-	-	101.680.000
Prejuízo do exercício	-	-	(804.827)	(804.827)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>114.180.693</b>	<b>-</b>	<b>(804.827)</b>	<b>113.375.866</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Folha Larga Holding S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 Não auditado	2019	2018 Não auditado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do exercício</b>	(804.827)	-	(804.827)	-
. Equivalência patrimonial	767.553	-	-	-
. Provisão de juros emprestimos	-	-	68.929	-
. Juros de arrendamento mercantil	-	-	15.742	-
. Provisão de juros - parte relacionada	10	-	2.448.019	-
. Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	-
	<b>(37.264)</b>	<b>-</b>	<b>1.727.863</b>	<b>-</b>
<b>Variações dos Ativos e Passivos operacionais</b>				
. Contas a receber - partes relacionadas	-	-	(5.162.445)	-
. Adiantamentos	-	-	110.439	(110.452)
. Tributos a recuperar	-	-	(33.989)	-
. Tributos a recolher	422	-	311.899	137.059
. Contas a pagar	15.615	-	9.281.082	385.307
. Contas a pagar - Parte relacionadas	-	-	13.054.630	3.008.570
	<b>16.037</b>	<b>-</b>	<b>17.561.615</b>	<b>3.420.484</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(21.227)</b>	<b>-</b>	<b>19.289.477</b>	<b>3.420.484</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
. Aporte de capital nas investidas	(101.686.215)	(12.434.479)	-	-
. Aplicações financeiras	(30.933)	-	(30.934)	-
. Aquisição de imobilizado	-	-	(143.614.947)	(15.588.152)
. Aquisição de Intangível	-	-	(4.343.813)	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento</b>	<b>(101.717.148)</b>	<b>(12.434.479)</b>	<b>(147.989.694)</b>	<b>(15.588.152)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
. Adiantamento para futuro aumento de Capital	-	-	-	-
. Aumento de Capital	101.680.000	12.434.479	101.680.000	12.434.479
. Integralização de Capital Social	66.214	-	66.214	-
. Obtenção de Empréstimos	-	-	23.309.198	-
. Obtenção de Empréstimos com partes relacionadas	93	-	25.735.345	-
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>101.746.307</b>	<b>12.434.479</b>	<b>150.790.758</b>	<b>12.434.479</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.932</b>	<b>-</b>	<b>22.090.541</b>	<b>266.811</b>
<b>Variação do caixa e equivalentes de caixa</b>				
<b>No início do exercício</b>	-	-	266.811	-
<b>No final do exercício</b>	<b>7.932</b>	<b>-</b>	<b>22.357.352</b>	<b>266.811</b>
	<b>7.932</b>	<b>-</b>	<b>22.090.541</b>	<b>266.811</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Valores expressos em Reais - R\$)*

### **1 Contexto operacional**

A Folha Larga 1 Holding S.A. ("folha Larga 1" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima, constituída em 17 de outubro de 2018, que se rege pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Almirante Barroso nº 52, 18º andar (parte), Centro. A sociedade tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades.

A autorização para exploração foi adquirida pelo consórcio Folha Larga 1 nos leilões de energia nova, LEN A-4 e LEN A-6, realizados pela ANEEL em Abril de 2018 e Agosto de 2018, respectivamente. Nos leilões foram vendidos 33,4 MWmédio e 16 MWmédio, respectivamente, de garantia física.

Após o êxito no leilão, foram constituídas quatro novas entidades, suas controladas, que juntas, possuem capacidade total instalada de 147MW. A entrada em operação comercial está programada para ocorrer em setembro de 2020.

Em março de 2019 foram iniciadas as obras do complexo, com previsão de conclusão e início da operação comercial em setembro de 2020.

Ao longo de 2019 foram assinados contratos de venda de energia no mercado livre totalizando 69,4 MWm.

Em 24 de dezembro de 2018 foi assinado o contrato de financiamento do projeto com o Banco do Nordeste, com a realização do primeiro desembolso em dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, as controladas da sociedade encontravam-se em fase pré-operacional. Enquanto não iniciam as suas operações, existe dependência significativa de aportes de recursos de seus acionistas ou de terceiros, sendo seu plano de negócios significativamente influenciado por esses aportes. Portanto, essas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar com todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

#### **1.1 Estrutura e autorizações dos projetos**

##### **a. *Folha Larga Fase I***

A primeira fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Fase I, está localizada no município de Campo Formoso - BA e a autorização para exploração foi adquirida nos leilões de energia nova, LEN A-4 e LEN A-6, realizados pela ANEEL em Abril de 2018 e Agosto de 2018, respectivamente. Foram vendidos nos leilões 33,4 MWmédio e 16 MWmédio, respectivamente, de garantia física.

Após o êxito nos leilões foram constituídas quatro novas empresas: Parque Eólico Ventos de São Januário 01 S.A. (“VSJ01”), Parque Eólico Ventos de São Januário 04 S.A. (“VSJ04”), Parque Eólico Ventos de São Januário 13 S.A. (“VSJ13”) e Parque Eólico Ventos de São Januário 14 S.A. (“VSJ14”), que representam os parques eólicos que produzirão os 49,4 MW médios contratados. A entrada em operação dos parques deverá ocorrer até Janeiro de 2022 e Janeiro de 2024, respectivamente, de forma a atender integralmente as cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA), conforme descrição de geração abaixo:

<b>Capacidade Instalada Empresas Constituídas</b>	<b>Capacidade</b>
Parque Eólico Ventos de São Januário 01 S.A.	33,6 MW
Parque Eólico Ventos de São Januário 04 S.A.	29,4 MW
Parque Eólico Ventos de São Januário 13 S.A.	42,0 MW
Parque Eólico Ventos de São Januário 14 S.A.	42,0 MW
	<b>147,0 MW</b>

A apuração de energia produzida será mensal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Sociedades. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

No dia 17 de agosto de 2018, as quatro novas empresas obtiveram, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua publicação no D.O., para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas.

O início das obras para construção dos parques está previsto para o primeiro semestre de 2019, com previsão de conclusão e início da operação comercial no segundo semestre de 2020.

Apresentamos abaixo as principais características técnicas do projeto:

- (i) Linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 33,3 km, com origem na Subestação Elevadora de 34,5/230kV Folha Larga e término na Subestação Senhor do Bonfim II;
- (ii) Subestação Senhor do Bonfim II em 500/230kV de propriedade da CHESF; e
- (iii) Entradas de linha na Subestação Senhor do Bonfim II em 230 kV.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 9.

## **2.2 Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 18.

## **2.3 Base de Consolidação**

### ***Controladas***

A Sociedade controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

### ***Transações eliminadas na consolidação***

Saldo e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Sociedade investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Sociedade e suas controladas a seguir relacionadas:

***Participação acionária***

Entidades do Grupo	Controle	Participação	
		2019	2018
Ventos São Januario 01 S.A.	Total	100%	100%
Ventos São Januario 04 S.A.	Total	100%	100%
Ventos São Januario 13 S.A.	Total	100%	100%
Ventos São Januario 14 S.A.	Total	100%	100%
		-	-
		-	-

**2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

***Moeda funcional e moeda de apresentação***

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

**2.5 Uso de estimativas e julgamento**

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

**(i) Provisão para desmobilização**

A Administração da Sociedade entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividade e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo. Adicionalmente, a Sociedade já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao prazo contratual estabelecido.

**(ii) Provisões para contingências judiciais**

Em consonância com o CPC 25, uma provisão para contingência só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A Sociedade reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### **3.1 Instrumentos financeiros**

##### **(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com - reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

##### *Ativos financeiros ao custo amortizado*

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da sociedade ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas, caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

##### *Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

#### *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

#### *Desreconhecimento*

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

#### *Caixa e equivalente de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

#### *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com partes relacionadas.

- Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros.

### **3.2 Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo através de laudo técnico, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.



### **3.3 Intangível**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo eles: Ativo intangível apurado nas aquisições de negócios, com vida útil definida, sendo amortizado ao prazo de autorização para geração de energia. Neste caso, o valor é testado anualmente e deduzido das perdas acumuladas por redução do valor recuperável, se necessário.

### **3.4 Combinação de negócios**

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculada pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data da aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Os ativos/ passivos de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

### **3.5 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)**

#### **(i) Ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

#### **(ii) Ativos não financeiros**

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

### **3.6 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas de tal forma que, na data do vencimento, o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são reconhecidos como despesa financeiras.

### **3.7 Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### **3.8 Contas a pagar**

O contas a pagar é reconhecido quando a Sociedade possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

### **3.9 Resultados**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

### **3.10 Tributos**

Em 2019, a Sociedade apurou o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pelas normas estabelecidas para apuração do Lucro Real e a despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes.

#### ***Tributos correntes***

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do período.

#### ***Tributos diferidos***

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, sendo observado também o histórico de lucratividade.

### **3.11 Novas normas revisadas e vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019:**

#### **(i) CPC 06 (R2) - arrendamentos**

O CPC 06(R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Sociedade atua como arrendatárias de terrenos para construção de seus projetos de parques eólicos. A Sociedade, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2), a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Sociedade, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Sociedade não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejaram uma apresentação específica.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operação de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

#### **(ii) ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte: Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da sociedade.

### **3.12 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).

- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)
Bancos	7.932	-	22.357.353	266.811
	7.932	-	22.357.353	266.811

#### 5 Aplicações Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)
Aplicações Financeiras	30.933	-	30.933	-
	30.933	-	30.933	-

#### 6 Contas a receber e a pagar com Partes relacionadas

##### Contas a receber

ATIVO	Consolidado	
	2019	2018 (Não auditado)
<b>Contratos de Rateio</b>		
Ventos de São Januário 05	387.365	-
Ventos de São Januário 06	349.516	-
Ventos de São Januário 03	311.597	-
Ventos de São Bento	1.136.621	-
Ventos de São Galvão	1.102.351	-
Ventos de Santo Eloy	1.101.218	-
Ventos de São Januário 11	387.435	-
Ventos de São Januário 10	386.342	-
	<b>5.162.445</b>	-

Os valores acima referem-se ao repasse dos custos pertinentes ao consorcio Folha Larga Interconexões.

## Contas a pagar

<b>PASSIVO</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Contratos de Rateio</b>		
EDF EN PARTICIPACOES LTDA(i)	16.063.200	3.008.570
	<b>16.063.200</b>	<b>3.008.570</b>

Refere-se a saldo a pagar de Repasse dos custos necessários para o desenvolvimento e construção dos parques. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos, serviços indiretos, honorários, despesas administrativas e despesas de deslocamento.

## Contratos de Mutuo

<b>Contratos de Mutuo</b>		
EDF EN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA	28.183.364	-
<b>Total</b>	<b>28.183.364</b>	<b>-</b>

## Consolidado

	Saldo em 31.12.2018	Liberação	Apropriação Juros	Saldo em 31.12.2019
Folha Larga I Holding S.A	-	93	10	103
Ventos de São Januário 01	-	5.801.956	550.621	6.352.577
Ventos de São Januário 04	-	5.098.761	484.242	5.583.003
Ventos de São Januário 13	-	7.503.893	716.555	8.220.448
Ventos de São Januário 14	-	7.330.642	696.591	8.027.233
	-	<b>25.735.345</b>	<b>2.448.019</b>	<b>28.183.364</b>

## 7 Investimentos em sociedades controladas

	VSJ01	VSJ04	VSJ13	VSJ14	Total	
Patrimonio da Investida	30.158.348	22.832.795	29.080.726	31.281.271	-	
Percentual do investimento	100%	100%	100%	100%	100%	
<b>Saldo do Investimento</b>	<b>30.158.348</b>	<b>22.832.795</b>	<b>29.080.726</b>	<b>31.281.271</b>	<b>113.353.140</b>	
	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Aporte</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Aporte</b>	<b>Equivalência</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
<b>VSJ01</b>	-	3.096.974	3.096.974	27.302.070	(240.696)	30.158.348
<b>VSJ04</b>	-	2.991.714	2.991.714	20.012.070	(170.989)	22.832.795
<b>VSJ13</b>	-	3.097.897	3.097.897	26.160.001	(177.172)	29.080.726
<b>VSJ14</b>	-	3.247.897	3.247.897	28.212.070	(178.696)	31.281.271
	-	<b>12.434.482</b>	<b>12.434.482</b>	<b>101.686.211</b>	<b>(767.553)</b>	<b>113.353.140</b>

	VSJ01	VSJ04	VSJ13	VSJ14
Ativos circulantes	13.365.234	5.415.520	6.127.712	7.379.102
Ativos não circulantes	40.102.800	33.970.845	43.654.948	44.421.311
Passivos circulantes	11.555.165	6.303.674	5.661.638	5.863.779
Passivos não circulantes	11.754.521	10.249.897	15.040.296	14.655.363
Patrimônio Líquido	30.399.044	23.003.784	29.257.898	31.459.967
Resultado	(240.696)	(170.990)	(177.172)	(178.696)

## 8 Imobilizado

A composição do imobilizado é demonstrada abaixo:

<b>2019</b>				
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2018	Adição	Saldo em 31/12/2019
Adiantamentos para aquisição de imobilizado (i)	4%	10.535.010	29.412.429	<b>39.947.439</b>
Instalações em construção		<u>5.053.142</u>	<u>114.202.518</u>	<b>119.255.660</b>
<b>Total</b>		<b>15.588.152</b>	<b>143.614.947</b>	<b>159.203.099</b>
Custo		<u>15.588.152</u>	-	<u>159.203.099</u>
<b>Imobilizado líquido</b>		<b><u>15.588.152</u></b>	<b>-</b>	<b><u>159.203.099</u></b>
<b>2018</b>				
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2017	Adição	Saldo em 31/12/2018
Adiantamentos para aquisição de imobilizado (i)	4%	-	10.535.010	<b>10.535.010</b>
Instalações em construção		<u>-</u>	<u>5.053.142</u>	<b>5.053.142</b>
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>15.588.152</b>	<b>15.588.152</b>
Custo		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.588.152</u>
<b>Imobilizado líquido</b>		<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>15.588.152</u></b>

### (i) Adiantamento para aquisição de imobilizado

Referem-se aos gastos com a implantação do projeto Folha Larga 01. No consolidado, os valores foram classificados dentro da rubrica de imobilizado em função de representarem adiantamentos para aquisição das SPEs, onde ocorrerá a construção do ativo qualificável, que é responsável por gerar benefícios econômicos futuros à Sociedade.

Devido a Sociedade se encontrar em fase pré-operacional, o ativo ainda não está sofrendo depreciação.

## **9 Direito de uso e Passivo de arrendamento**

### **a. Adoção inicial**

A Sociedade adotou em 1º de janeiro de 2019, data da transição, as diretrizes do CPC06 (R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil”. A nova norma determinou que os arrendatários reconhecessem, a partir da data da transição, o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, na qual a tenha o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

#### ***Abordagem de transição***

A Administração avaliou os impactos da nova norma e optou pela abordagem retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, sendo os efeitos apresentados a partir de 01 de janeiro de 2019.

Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados da taxa incremental. Os ativos de direito de uso são mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

#### ***Isenções adotadas pela Sociedade***

A Sociedade aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções:

- (i) Definição de contrato de arrendamento na transição: a Sociedade aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019 considerados segundo os critérios de avaliação da própria norma.
- (ii) Contratos cujo o prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: Segundo a norma, contratos inferiores a 12 meses estão excluídos do escopo, permanecendo sua contabilização como despesa, e seus pagamentos ocorrendo segundo critérios definidos pelo contrato.
- (iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Sociedade continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.
- (iv) Aplicação de taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

***Impactos no balanço patrimonial na adoção inicial***

<b>Efeito do IFRS 16 no Balanço Patrimonial em:</b>					
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
	<b>01/01/2019</b>	<b>31/12/2019</b>		<b>01/01/2019</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
	-	-	Arrendamento	-	20.819
	-	-	Mercantil	-	20.819
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
Direito de Uso de	198.832	198.832	Arrendamento	198.832	193.755
Arrendamento	198.832	198.832	Mercantil	198.832	193.755
			<b>Patrimônio Líquido</b>		
			Resultados acumulados	-	(15.742)
				-	(15.742)
<b>Total</b>	<b>198.832</b>	<b>198.832</b>	<b>Total</b>	<b>198.832</b>	<b>198.832</b>

**b. Política contábil e premissas para o reconhecimento**

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza (“Custo dos Serviços Prestados” / “Despesas Administrativas”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato.

A Sociedade reconhece seu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Sociedade não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que a Administração não está razoavelmente certa de exercer opção de renovação dos arrendamentos.
- (ii) Contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor.
- (iii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (iv) Inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável.



- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) A taxa de desconto para o período de Janeiro a Dezembro de 2019 utilizada para as operações de arrendamento da companhia:

1º Aditivo de Cessão de Uso - Antônio Gonzaga de Menezes	BR712 - Folha Larga	11,31%
Instrumento Cessão de Uso - Alex Sandro e Mauricio Gonçalves de Menezes	BR712 - Folha Larga	11,31%
Instrumento Particular de Constituição de Servidão de Uso e Passagem - Fazenda Baixinha	BR712 - Folha Larga	11,31%

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2019 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

### c. **Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui 3 contratos de arrendamentos. Em 01 de janeiro de 2019 a Companhia não possuía contratos de arrendamento:

<b>Direito de Uso de Arrendamentos</b>	<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>Amortização</b>	<b>Capitalização</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
Aluguel de Imóveis	198.832	(4.084)	4.084	<b>198.832</b>
	198.832	-	4.084	198.832
	<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>Juros</b>	<b>Amortização</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
<b>Arrendamento Mercantil</b>	198.832	15.742	-	<b>214.574</b>
	<b>198.832</b>	<b>15.742</b>	-	<b>214.574</b>
<b>Circulante</b>				20.819
<b>Não Circulante</b>				193.755

## 10 **Intangível**

	<b>Taxa de depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Adição</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
Estudos e Projetos	-	-	4.343.813	<b>4.343.813</b>
<b>Total</b>		-	<b>4.343.813</b>	<b>4.343.813</b>
Custo		-	-	4.343.813
<b>Intangível líquido</b>		-	-	<b>4.343.813</b>

## 11 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)
IRRF	238	-	10.111	14.203
Pis/Cofins/CSLL	159	-	9.199	24.554
Pis s/receita	10	-	10	-
Cofins s/receita	14	-	14	-
ISS	-	-	1.600	52.996
INSS Retido	-	-	423.635	44.094
Outros	-	-	4.389	1.212
<b>Total</b>	<b>421</b>	<b>-</b>	<b>448.958</b>	<b>137.059</b>

## 12 Contas a pagar

Fornecedor	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)
AEA Marginal Tietê Distribuidora de Materiais Elétricos EIRELE	-	-	283.383	-
AFAPLAN Planejamento e Gestão de Projeto	-	-	52.842	-
Africa Confeccoes	-	-	44.950	-
Arlanio de Almeida	-	-	31.260	-
Balteau Produtos Eletricos Ltda.	-	-	153.721	-
Banco Bradesco S.A.	-	-	916	384
Brametal S/A	-	-	295.701	-
Bras Eletric	-	-	80.638	-
Bree Eficiencia Energetica	-	-	69.389	-
Cabrera Consultoria Contabil E Tributari	3.204	-	3.514	12.400
Comampac - Comercial de Madeiras	-	-	133.614	-
Condex Industria e Comercio de Condutores Eletricos LTDA.	-	-	460.679	-
Dewi do Brasil Engenharia e Comércio de Energia Eólica e Sol	-	-	199.112	-
Eletro Blindados Distribuidora	-	-	118.374	-
Empac do Nordeste Artefatos de Concreto	-	-	527.063	-
Engenharia Ltda.	-	-	703.832	-
Flipper Insústria e Comércio de Gelo Ltda.	-	-	54.108	-
Fort Fabricação e Comércio de Gelo EIRELI	-	-	86.800	-
General Cable Brasil Inssústria e Comércio de Condutores Elet.	-	-	204.212	-
Indústria e Comércio de Peças Plásticas Ltda.	-	-	41.622	-
Intercement Brasil S.A.	-	-	551.245	-
Irmaos Pelegrine Construtora Ind e Com de Premol LTDA.	-	-	547.006	-
Ismar Maria de Souza Gonzaga	-	-	79.893	-

**Folha Larga Holding S.A.**  
*Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2019 e 2018*

Fornecedor	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)
Jose Roque	-	-	48.335	-
J.G Assis de Almeida	12.411	-	-	-
Maron Consultoria Ltda.	-	-	-	7.879
Master Equipamentos de Segurança Ltda	-	-	32.809	-
Matchem - PE Produtos Quimicos Ltda	-	-	116.223	-
Mazars Cabrera Assessoria, Consultoria e Planejamento	-	-	-	1.048
Messtechnik Comercio E Instrumentacoes Ltda.	-	-	800	363.596
Motrice Soluções em Energia LTDA.	-	-	1.177.811	-
Município de Campo Formoso	-	-	184.270	-
Município de Campo Formoso	-	-	144.916	-
Novemp Industria e Comercio Ltda	-	-	134.800	-
Papyrus Consultoria Ambiental Ltda	-	-	194.562	-
Pelegrine artefatos de cimento ltda	-	-	603.008	-
PETROBRAS Distribuidora SA	-	-	167.418	-
Prysmian Cabos	-	-	105.093	-
Reflora Engenharia	-	-	49.168	-
Revest&Cia Ruas Comercio Ltda	-	-	34.506	-
Santa Luiz Condutores	-	-	67.027	-
Stemac AS Grupos Geradores	-	-	147.890	-
Tubos Bonfim	-	-	38.579	-
Viacabos Condutores Eletricos	-	-	32.814	-
VLB Engenharia	-	-	334.900	-
Weg Equipamentos	-	-	85.079	-
Diversos	-	-	1.242.507	-
	<b>15.615</b>	<b>-</b>	<b>9.666.389</b>	<b>385.307</b>

### 13 Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Garantias	Encargos financeiros	Taxa	Vencimento	2019	2018
Principal BNB	R\$	Fiança Bancária	IPCA + 2,5707%	6,88%	2018 a 2039	23.309.198	-
Juros						68.929	-
						<b>23.378.127</b>	<b>-</b>
<b>Curto Prazo</b>						68.929	-
<b>Longo Prazo</b>						23.309.198	-
<b>Consolidado</b>						<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Saldo inicial</b>						-	-
(+) Juros incorridos						68.929	-
(+) Aquisição de empréstimo						23.309.198	-
<b>Saldo Final</b>						<b>23.378.127</b>	<b>-</b>

Em 24 de dezembro de 2018, a sociedade firmou um contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 149.464.950,39, não havendo liberação em 2018. A liberação parcial ocorrida até 31 de dezembro de 2019, foi no montante de R\$ 23.309.198.

O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque eólico.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,57% a.a.. Os juros possuem exigibilidade trimestral ao longo do período de carência, compreendido entre a data de assinatura do contrato e 15 de julho de 2021, passando a obrigação para mensal após o término do período de carência, até o fim do contrato.

### **Garantias**

O empréstimo conta com garantia de Fiança Bancária durante o completion financeiro e penhor de ações e equipamento, cessão de direitos creditórios após o completion financeiro.

## **14 Patrimônio líquido**

### **14.1 Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 114.180.692 (R\$ 66.214 em 2018) está representado por 114.180.692 (66.214) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

	<b>Consolidada</b>	
<b>Capital Subscrito e Ingralizado</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	114.180.692	66.214
<b>Total</b>	<b>114.180.692</b>	<b>66.214</b>

Em 13 de maio de 2019 foi aprovado o aumento do capital no valor de R\$ 21.800.000 (Vinte e um milhões e oitocentos mil) mediante emissão de 21.800.000 novas ações ordinárias e nominativas.

Em 11 de junho de 2019 foi aprovado o aumento do capital no valor de R\$ 8.000.000 (Oito milhões ) mediante emissão de 8.000.000 novas ações ordinárias e nominativas.

Em 08 de julho de 2019 foi aprovado o aumento do capital no valor de R\$ 26.000.000 (Vinte e seis milhões ) mediante emissão de 26.000.000 novas ações ordinárias e nominativas.

Em 14 de dezembro de 2019 foi aprovado o aumento do capital no valor de R\$ 13.509.936 (Treze milhões quinhentos e nove mil novecentos e trinta e seis milhares) mediante emissão de 13.509.936 novas ações ordinárias e nominativas.

Em 26 de dezembro de 2019 foi aprovado o aumento do capital no valor de R\$ 45.880.000 (Quarenta e cinco milhões oitocentos e oitenta mil) mediante emissão de 45.880.000 novas ações ordinárias e nominativas.

## 15 Despesas administrativas e outras despesas operacionais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)
<b>Despesas administrativas</b>				
Despesas Legais	(1.279)	-	(1.279)	-
Outras	-	-	-	-
	<u>(1.279)</u>	<u>-</u>	<u>(1.279)</u>	<u>-</u>
<b>Impostos e taxas</b>				
Multas	(499)	-	(40.344)	-
Outros impostos e taxas	(199)	-	(199)	-
PIS	(10)	-	(10)	-
COFINS	(61)	-	(61)	-
	<u>(769)</u>	<u>-</u>	<u>(40.613)</u>	<u>-</u>
<b>Despesas com serviços prestados</b>				
Honorários de Contadores	(20.892)	-	(183.053)	-
Honorários de Consultores	(1.572)	-	(1.572)	-
Honorários de Auditores	-	-	(23.324)	-
Honorários de Advogados	(13.501)	-	(543.633)	-
Outros Serviços	-	-	(12.091)	-
Capitalização dos serviços	-	-	-	-
	<u>(35.965)</u>	<u>-</u>	<u>(763.673)</u>	<u>-</u>
<b>Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais</b>	<u><b>(38.014)</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>(805.566)</b></u>	<u><b>-</b></u>

## 16 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)
<b>Receitas financeiras</b>				
Aplicações financeiras	1.650	-	125.549	-
Desconto	-	-	304	-
Juros	-	-	15	-
Capitalização	-	-	(124.218)	-
	<u><b>1.650</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>1.650</b></u>	<u><b>-</b></u>

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros de empréstimos - parte relacionada	(10)	-	(2.448.019)	-
Juros de empréstimos	-	-	(68.750)	-
Outros Juros	(0)	-	(15.464)	-
Despesas bancárias	(900)	-	(42.747)	-
IOF	-	-	(503.161)	-
Despesas com IOF	(1)	-	(503.160)	-
Capitalização	-	-	3.580.390	-
	<u>(911)</u>	<u>-</u>	<u>(911)</u>	<u>-</u>
<b>Resultado Financeiro líquido</b>	<u>739</u>	<u>-</u>	<u>739</u>	<u>-</u>

## 17 Combinação de negócios

São contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida.

Na aquisição de um negócio, a Administração avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios, a partir da data de aquisição, deve ser alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Sociedade que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

As aquisições efetuadas pela entidade são realizadas levando em consideração os seguintes fatores:

- **Ativos e passivos reconhecidos na data da incorporação** - A aquisição dos ativos e passivos da Holding citada acima, foi registrada utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelo CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), considerando o valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos assumidos estão a valor justo, incluindo:
  - (i) Caixa e equivalentes de Caixa;
  - (ii) Passivos reconhecidos utilizando como premissa a melhor estimativa de perda e de acordo com o julgamento da Administração; e
  - (iii) Outros itens ativos e passivos não relevantes.

- **Mensuração do valor justo** - Conforme mencionado no CPC 15 - combinação de negócios, o período de mensuração é o período que se segue à data da aquisição, durante o qual o adquirente pode ajustar os valores provisórios reconhecidos para uma combinação de negócios. O período de mensuração fornece um tempo razoável para que a adquirente obtenha as informações necessárias para identificar e mensurar, na data da aquisição e de acordo com o referido pronunciamento, os seguintes itens:
  - Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e qualquer participação de não controladores;
  - A contraprestação pelo controle da adquirida (ou outro montante utilizado na mensuração do ativo intangível amortizável), e/ou;
  - - O ativo intangível amortizável ou o ganho por compra vantajosa;
  - O período de mensuração termina assim que o adquirente obtém as informações sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele conclui que mais informações não podem ser obtidas.
- **Método utilizado para mensuração do valor justo** - O método utilizado é o fluxo de caixa descontado (“FCD”), que é o que melhor representa o valor de uma entidade baseado em sua rentabilidade futura (Abordagem da Renda). A avaliação, baseada por empresa, foi elaborada considerando projeções de longo prazo, apoiadas principalmente nas seguintes premissas:
  - Conceito de valor: no cálculo do valor econômico das entidades, foi considerado como conceito de valor o valor justo (*fair value*);
  - A metodologia está baseada na geração de fluxo de caixa livre descontado;

## 18 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, conforme categorias abaixo:

Ativos	Categorias	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)
Caixa e Equivalentes de Caixa	Valor justo	7.932	-	22.357.352	266.811
Aplicações financeiras	Valor justo	30.933	-	30.933	-
Contas a receber - partes relacionadas	Custo Amortizado	-	-	5.162.445	-

Passivos	Categorias	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)
	Custo				
Contas a pagar	Amortizado	15.615	-	9.666.389	385.307
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo	-	-	16.063.200	3.008.570
Empréstimos e financiamentos	Amortizado	-	-	23.378.127	-
Contrato de mútuo - partes relacionadas	Custo	103	-	28.183.364	-
	Amortizado	-	-	-	-
Arrendamento	Custo	-	-	214.574	-
	Amortizado	-	-	-	-

**a. Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Ativos	Categorias	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)
Caixa e Equivalentes de Caixa	Valor justo	7.932	-	22.357.352	266.811
Aplicações financeiras	Valor justo	30.933	-	30.933	-
Contas a receber - partes relacionadas	Custo	-	-	-	-
	Amortizado	-	-	5.162.445	-

**b. Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

**c. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Sociedade poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Empresa sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros, com liquidez diária, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates de acordo com as necessidades programadas da Empresa.



Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	2019		2019	
	Até 1 ano	> 2 anos	Até 1 ano	> 2 anos
Contas a pagar	15.615	-	9.666.389	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	16.063.200	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	68.929	23.309.198
Contratos de mútuo - parte relacionada	103	-	-	28.183.364
Arrendamento	-	-	20.819	193.755
	<u>15.718</u>	<u>-</u>	<u>25.819.337</u>	<u>51.686.317</u>
	2018		2018	
	Até 1 ano	> 2 anos	Até 1 ano	> 2 anos
Contas a pagar	1.497.143	-	1.497.143	-
Contas a pagar com partes relacionadas	2.494.205	-	2.494.205	-
Empréstimos e financiamentos	2.632.306	100.726.497	2.632.306	100.726.497
	<u>6.623.654</u>	<u>100.726.497</u>	<u>6.623.654</u>	<u>100.726.497</u>

**d. Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofrerem impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

**e. Gestão de capital**

A Sociedade obtém recursos através de aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos em projetos de geração eólica e solar e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

**Análise de sensibilidade**

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Sociedade preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2020, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA ao mês de dezembro de 2019, cuja valor definido foi de 4,31% a.a., sendo esta definida como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado

	2019	Risco	Juros Projetados para 2020		
			Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros					
BNB	18.724.683	IPCA	1.688.900	1.901.879	2.113.085

## 19 Compromissos assumidos

### (i) Compromissos com fornecedores

A Sociedade e suas controladas possuem contratos assinados para fornecimento de equipamentos, celebrados substancialmente em reais, cujos valores estão distribuídos da seguinte forma:

<b>Fornecedor</b>	<b>VSJ01</b>	<b>VSJ04</b>	<b>VSJ13</b>	<b>VSJ14</b>	<b>Total</b>
Vestas	97.008.772	85.165.761	120.707.613	120.707.613	<b>423.589.759</b>
Omexom	25.587.430	-	-	-	<b>25.587.430</b>
Motrice	35.494.018	-	-	-	<b>35.494.018</b>
Seta	17.766.829	16.179.402	22.248.383	22.837.444	<b>79.032.058</b>
Afaplan	580.462	495.160	705.244	705.244	<b>2.486.110</b>
UL	67.048	58.660	83.796	83.796	<b>293.300</b>
Reflora	520.956	95.547	136.656	136.656	<b>889.814</b>
Clever	14.403	12.601	18.023	18.023	<b>63.051</b>
	<b><u>177.039.919</u></b>	<b><u>102.007.131</u></b>	<b><u>143.899.714</u></b>	<b><u>144.488.775</u></b>	<b><u>567.435.540</u></b>

### (ii) Compromissos - Garantias

Ao longo de 2018 a Sociedade contratou garantias exigidas pela ANEEL e previstas nos editais de licitação dos leilões de energia de reserva realizados em abril e agosto, tendo sido os contratos liquidados no mesmo ano e não havendo saldo em aberto.

### (iii) Contratos de venda de energia elétrica

A Sociedade está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

		<b>Contratos Mercado Regulado</b>				
		<b>VSJ 01</b>	<b>VSJ 04</b>	<b>VSJ 13</b>	<b>VSJ 14</b>	<b>Total</b>
<b>2021-2043</b>	<b>Total (R\$ Mil)</b>	<b><u>84.497</u></b>	<b><u>43.867</u></b>	<b><u>75.209</u></b>	<b><u>75.248</u></b>	<b><u>278.821</u></b>
		<b>Contratos Mercado Livre</b>				
		<b>VSJ 01</b>	<b>VSJ 04</b>	<b>VSJ 13</b>	<b>VSJ 14</b>	<b>Total</b>
<b>2021-2043</b>	<b>Total (R\$ Mil)</b>	<b>131.367</b>	<b>131.367</b>	<b>131.367</b>	<b>131.367</b>	<b>525.468</b>

## 20 Seguros

A Sociedade mantém apólices de seguro contratado junto à AXA Corporate Solutions Seguros S.A S/A, seguradora definida por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco envolvido. A Sociedade possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

### **Seguro Riscos de Engenharia**

Em conformidade com as Condições Gerais, para o Seguro de Riscos de Engenharia e Cláusulas especiais e particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice, são passíveis de cobertura Danos Materiais e Lucro Cessantes, necessários à operação do Complexo Parque Eólico Ventos de São Januário, de energia eólica, com vigência no período de 01/03/2019 à 02/03/2023.

<b>Coberturas</b>	<b>Importâncias seguradas</b>
Lucro Cessante (ALOP)	R\$ 349.263.000,00
Danos materiais	R\$ 1.238.827.630,66

### **Seguro Responsabilidade Civil Geral**

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 59.389.335 tendo como vigência o período de 30/06/2019 à 30/06/2020.

<b>Coberturas</b>	<b>Importâncias Seguradas</b>
Empregador, Empresa Concessionária ou Não de Serviços Públicos – Energia, Responsabilidade Civil Cruzada, Pulsoção Súbita e Acidental	<b>59.389.335</b>

## **21 Eventos Subsequentes**

### **Coronavírus**

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Em função da recente escalada de notícias e ações governamentais, não temos como precisar exatamente quais e como serão os eventos subsequentes devido a pandemia do corona virus. Entretanto, temos planos de contingências bem definidos dentro do grupo para casos de desastres. Adaptamos essas ações para o atual cenário brasileiro e aplicamos a todas as áreas da empresa. Em uma análise preliminar não identificamos impactos relevantes no curto prazo. Entretanto, estamos constantemente monitorando o desdobramento do tema e desde já preparados para responder de forma rápida a qualquer tipo de externalidade.

### **Controladas**

#### **Empréstimos**

Em 27 de janeiro de 2020 as suas controladas receberam mais uma parcela do desembolso referente ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil firmado em 24 de

dezembro de 2018. Os valores seguem abaixo:

Parque Eólico São Januário 01	<b>8.085.256,62</b>
Parque Eólico São Januário 04	<b>7.297.316,16</b>
Parque Eólico São Januário 13	<b>9.658.384,04</b>
Parque Eólico São Januário 14	<b>9.658.384,04</b>

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,57% a.a.. Os juros possuem exigibilidade trimestral ao longo do período de carência, compreendido entre a data de assinatura do contrato e 15 de julho de 2021, passando a obrigação para mensal após o término do período de carência, até o fim do contrato.